

DESRESPEITO

Plano da ASSEC precisa explicar sobre negativas de atendimento em urgências



Novamente um grande hospital da capital, o São Lucas, que consta na lista de credenciados da Assec, voltou a negar atendimento médico de urgência. Desta vez à filha de um dos seus associados funcionário da DESO.

É bom frisar que não é a primeira vez que isso acontece. O São Lucas exigiu o pagamento imediato de uma

caução de valor elevado para prestar os serviços médicos que o caso requeria. Sem outra alternativa, o colega teve que procurar a rede pública de saúde, indo ao HUSE, onde teve acesso imediato e sua filha sendo operada imediatamente.

A Assec tem que explicar a seus associados por que tem acontecido esse tipo de problema, já que não se trata de caso pontual. O SINDISAN já recebeu inúmeras denúncias, nenhuma explicada pela Assec. Não sabemos com quem está a razão, se com a Assec ou com os hospitais.

O que acontece na esfera administrativa da Assec nunca é divulgado. Embora sendo maioria na composição de associados do plano, nós, da DESO, estamos sendo tratados sem a devida atenção que merecemos, sendo colocados em segundo plano.

O SINDISAN pensa que essa condição tem que ser revista imediatamente. Os associados da DESO exigem respeito e consideração por parte do plano. Informações essenciais de como funcionaria o plano não nos foram repassadas – basta lembrarmos do caso dos Agregados, entre tantos outros –, deixando em aberto muitos itens que seriam interessante que todos os associados tenham conhecimento. A Assec as suprimiu.

O que vemos acontecer agora talvez seja um reflexo daquelas informações que não eram de interesse da Assec que os associados da DESO ficassem sabendo. O SINDISAN, junto com todos os associados do plano, exige explicações plausíveis tanto da Assec quanto da diretoria da DESO para mais este e outros lamentáveis episódios. Estamos no aguardo.

SAAE de Estância: direção da autarquia se contradiz

A direção do sindicato estranhou quando as negociações com a direção do SAAE de Estância foram interrompidas de forma unilateral pela direção daquela autarquia, mostrando assim que não é adepta do diálogo e alegando, como sempre fez, a eterna falta de recursos. Além disso, condicionando o reajuste salarial dos trabalhadores ao aumento da tarifa de água, jogando sempre a discussão para a Câmara de Vereadores local.

A direção do SAAE se contradiz quando alega a falta de verbas, quando se vê a autarquia adquirir novos veículos, alguns dos quais não são destinados à atividade fim do órgão, e sim para servir como veículo de uso pessoal, colocando em segundo plano um serviço que já não é visto com excelência por grande parte da população estanciana, pois a falta de água acontece praticamente todos os dias.

A direção do SAAE alega falta de dinheiro para aquisição de novas bombas; no entanto, denúncias chegam ao sindicato apontando que o número de cargos em comissão não para de crescer, com esses ganhando uma boa soma no final do mês.

O SINDISAN insiste em saber o custo total da folha de pagamento do órgão e o quantitativo de cargos em comissão, informações estas que deveriam estar abertas a toda a população por força de lei federal; no entanto, a atual direção sempre nega, dizendo se tratar de informações confidenciais. Não são.

Enquanto isso, o SAAE só define. Os seus trabalhadores estão há três anos sem exames médicos periódicos, o que constitui falta grave, passível de sofrer penalidades perante o Ministério do Trabalho e Emprego.

Até agora não foi constituída uma CIPA, não existe técnico de segurança e tantas outras mazelas que o SINDISAN vem denunciando e que a direção ignora. Além de tudo isso, ainda ameaça os trabalhadores que não aceitam essas aberrações como coisa normal.

Ganham corpo na cidade notícias – ainda não confirmadas – de que o SAAE estaria emprestando uma quantia considerável de recursos para a Prefeitura do Município. Mais uma contradição. Como explicar atitudes como essa, já que o

SAAE sempre alega falta de recursos financeiros para prestar um serviço de qualidade para a população?

Atos como esses, adotados pela direção atual, não são casuais ou isolados; muito pelo contrário, são todos deliberados e friamente calculados por quem tem outros interesses para com a autarquia.

Prestando um péssimo serviço à população e sucateando cada vez mais o SAAE de Estância, talvez essa diretoria consiga jogar a população contra os trabalhadores, que são também tão vítimas quanto os usuários.

Agindo assim, esses diretores, supostamente, teriam argumentos para justificar uma Parceria Público Privada (PPPs), pouco se lixando para a população, que no início até poderia perceber pequena melhora nos serviços, mas com o passar do tempo, lembrará com saudades da época em que o SAAE pertencia ao povo e que, para funcionar com qualidade, bastaria ter pessoas na direção isentas de influências políticas nefastas. Hoje em dia, infelizmente, essas influências tomam conta dos órgãos públicos.

21º Grito dos Excluídos vai acontecer no 7 de setembro

Garantia dos direitos constitucionais de acesso à moradia, à saúde, à educação, ao trabalho, à terra, a um teto e à segurança alimentar, além de transparência nas concessões de rádio e TV dadas pelo governo federal e democratização da mídia são algumas das pautas que serão defendidas, dentro da temática "A defesa da vida", na 21ª edição do Grito dos Excluídos, manifestação que todos os anos envolve religiosos e os movimentos sociais e sindicais no dia 7 de setembro, Dia da Independência do Brasil.

Neste ano, uma das grandes novidades do Grito é a participação de membros de religiões afrodescendentes, como povos de terreiros.

O Comitê Estadual do Grito dos Excluídos tem se reunido semanalmente para discutir questões como democratização dos meios de comunicação, atuação do Estado, extermínio da juventude, redução da idade penal, diálogo inter-religioso, políticas sociais e articulação entre movimentos populares.

Cerca de 20 entidades sociais, religiosas e sindicais estarão juntas na manifestação, com a perspectiva de reunir cerca de 10 mil pessoas, que se concentrarão na praça Fausto Cardoso, no centro da capital sergipana, no dia 7, a partir das 8h, e seguirão em caminhada, passando pela avenida Ivo do Prado para entrar na avenida Barão de Maruim, assim que for concluído o desfile cívico oficial, com ponto final na praça da Bandeira, onde também será encerrada a programação alusiva à Independência do Brasil preparada pelo Governo do Estado.

DEU NA IMPRENSA

Lei de Itabaiana que privatiza abastecimento de água é ilegal

O Tribunal de Justiça de Sergipe considerou inconstitucional a Lei Ordinária Nº 1.836/2015, do Município de Itabaiana, que retirava o serviço de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário no município da Deso. A decisão foi assinada pelo desembargador Cezário Siqueira Neto. A ação judicial foi movida pelo Estado, por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

A lei Nº 1.836/2015 foi uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Itabaiana, aprovada pela Câmara de Vereadores, e tinha como objetivo retirar a responsabilidade da Deso (Companhia de Saneamento de Sergipe) pelos serviços de abastecimento e esgotamento sanitário, os quais passariam a ser gerenciados pelo município.

Na ocasião, o presidente da Deso, Carlos Melo, questionou a legitimidade jurídica da questão levantada pela Prefeitura de Itabaiana. "É um processo jurídico, e já estamos tomando as providências junto a Procuradoria Geral do Estado. Ao nosso entendimento, a Prefeitura de Itabaiana, juridicamente, não pode fazer isso, pois temos um Contrato de Concessão, assinado em

28 de dezembro de 2004, entre o município e a Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso, que é a prestadora do serviço, com validade de 30 anos. Os Contratos de Concessões são firmados por longas datas, porque há necessidade de investimentos e esse tem validade até 2034".

A decisão judicial ratifica que cabe à Companhia de Saneamento de Sergipe, por meio de concessão a delegação, prestar os serviços públicos de esgotamento sanitário e abastecimento de água.

No texto, o desembargador escreve "A medida liminar tem como finalidade principal suspender a aplicação da lei ou ato normativo até o julgamento final da ação. Assim, presentes os requisitos que autorizam a sua concessão, a Corte suspenderá, temporariamente, a aplicação da norma impugnada, tornando aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário".

A decisão estabelece, ainda, o prazo de 30 dias para que a Câmara de Vereadores e a Prefeitura de Itabaiana, respectivamente, manifestem-se sobre o mérito da presente ação.



DESO assume tarefa que deveria ser da Codevasf

ADESO está disponibilizando um funcionário, de segunda à sexta-feira, das 07hs às 17hs, para fazer a desinfecção e também todo tipo de serviço que se faça necessário no sistema de abastecimento de água do Povoado Água Vermelha, município de Neópolis.

É bom lembrar que nesse povoado a DESO não conta com nenhuma rede de distribuição de água, e nem tampouco algum

sistema de medição de consumo; ou seja, não há faturamento algum, só despesas.

O sistema implantado por lá foi feito pela Codevasf, que agora, segundo o que ficamos sabendo, por força de um convênio firmado entre as partes, a DESO foi obrigada a assumir todo o sistema de abastecimento local.

Ficamos a imaginar que tipo de profissionais estão à frente da DESO quando acei-

tam que convênios como esse sejam empurrados goela abaixo da Companhia. Entendemos que para que se assine um convênio é necessário que este seja favorável para ambas as partes e não que uma se dê bem e a outra fique com o ônus.

Desse jeito, torna-se necessário que os funcionários que aceitaram essa imposição voltem a estudar como se administra a coisa pública.

O MESMO DO MESMO

Na DESO, mudam-se as chefias, mas os velhos vícios permanecem

Se na DESO, mudando-se a chefia imediata ou a chefia geral, mudariam as práticas nefastas que tanto lesam a Companhia, estaríamos trabalhando em uma DESO com filosofia oriental, no tocante a honestidade e honradez; mas, infelizmente, na prática, dentro da companhia se conta a dedo quem assim pensa e age.

Vemos sempre os mesmos funcionários privilegiados com mordomias indecentes e usando carros da DESO de forma particular, como se deles fossem, usando-os para o seu prazer e de sua família durante os finais de semana. Enquanto isso, no interior do Estado, o trabalhador recém-admitido não conta nem com um calhambeque velho para desempenharem as suas funções.

A DESO sempre alega falta de verbas para começar a diminuir essas

anomalias; no entanto, a sangria maior sofrida mês a mês pela DESO - e que só aumenta - continua sendo a farra de horas extras fabricadas. Ninguém toma providência alguma para coibi-las; muito pelo contrário, só as estimula.

Observamos isso claramente quando a DESO desmembra setores inteiros, criando cargos e sub-cargos sem praticidade alguma, simplesmente para agraciar alguém de sua proximidade com cargo de chefia. Isto é que deveria ser combatido dentro da Companhia. Ai sim teríamos como aplaudir tais atitudes.

O SINDISAN nunca compactuará com a omissão de quem não quer ver a coisa fluir corretamente, dentro da legalidade. Pensamos que este é o nosso papel e temos o respaldo da parte honesta da massa de trabalhadores desta Companhia.

SAAE/CAPELA

Foi preciso mobilização para acordo ser fechado

O SINDISAN foi informado pelos seus representantes de base no município de Capela, que o diretor presidente daquele órgão estaria prestes a mandar uma proposta de projeto para apreciação da Câmara de Vereadores daquele município, com um valor de correção salarial para os trabalhadores diferente do que foi amplamente discutido com o sindicato e aprovado pela assembleia dos trabalhadores do SAAE, inclusive, sendo publicado em nosso boletim. Sabendo disso, o SINDISAN e os trabalhadores se mobilizaram tentando reverter essa situação, chegando até a propor um ato de paralisação.

Como diz o ditado, “quem tem cabeça tem juízo”. E sabendo da importância do SAAE para a cidade de Capela, a sua direção agendou uma reunião com a direção do SINDISAN, na sala do Procurador do município, onde este interveio no processo e, por fim, feitas as ponderações devidas, se chegou a um consenso entre as partes envolvidas.

Os trabalhadores, pelo acordado, receberão, no mês de setembro, um percentual de 10% sobre o salário base e, no mês de janeiro, mais 10%, perfazendo assim um percentual total de 20%. Com isso, corrigem-se as defasagens dos meses anteriores e ainda traz algum ganho real.

É por essas e outras que entendemos que os trabalhadores precisam estar conscientes da necessidade de se mobilizar quando algo venha de encontro aos seus anseios. É lutar sempre, junto com o seu sindicato!

CUT/SE realiza curso de formação

Na manhã do último sábado, 29/8, sindicalistas e sindicalizados trocaram o descanso para se aprofundarem em debates de formação sindical. A Central Única dos Trabalhadores de Sergipe – CUT/SE realizou curso de Concepção Sindical para os seus filiados. O curso foi dado pelo ex-presidente do SINDISAN e da CUT/SE, o companheiro Antônio Góis. Dirigentes do SINDISAN participaram do módulo.

De acordo com o vice-presidente da CUT, Plínio Pugliesi, o módulo do curso teve por finalidades avaliar a conjuntura política e econômica complicada em que vive a classe trabalhadora, no Brasil e no mundo, e também de organizar as lutas das diversas categorias. “A conjuntura delicada do país tem exigido cada vez mais dos nossos dirigentes,

formação política para orientar as suas bases. O papel da Central é reunir a classe trabalhadora, mas também organizar a luta. Por isso que a gente tem a preocupação de reunir com frequência na CUT diversas categorias de trabalhadores, para que possamos estudar a conjuntura atual e o que já existe acumulado ao longo da história da luta dos trabalhadores”, ressaltou Pugliesi.

MAIS CURSOS

E a CUT continuará oferecendo cursos aos seus dirigentes. Nos dias 24 e 25 de setembro acontece o Curso de Homologação Trabalhista, ministrado por técnicos da Superintendência Regional do Trabalho. O curso acontecerá na sede da Central, na Rua Porto da Folha, 1039, no bairro Cirurgia.



▲ Curso atraiu varios sindicalistas cutistas

FIQUE DE OLHO

Privatização, PPPs e desemprego

Uma nuvem negra ronda nossos lares e a nós. É o fantasma do desemprego através das privatizações ou das PPPs. A DESO vive atualmente seus piores dias com a ameaça de perder as concessões em várias cidades importantes no estado. E o que temos a ver com isso e qual a possibilidade de fechamento de vários postos de trabalho, ou seja, de desemprego?

Nós, do SINDISAN, junto com os trabalhadores, defendemos a água como um bem universal, como um direito da humanidade. Vamos lutar juntos com a sociedade para que isso não aconteça, porque quem vai sair perdendo com a privatização da água é o povo e

a sociedade em geral.

Pois bem, o SINDISAN defende política e gestão eficientes, voltada para melhor qualidade dos serviços e no atendimento à população, com a universalização do saneamento e da água tratada, pois é um direito de todos e um dever do Estado. E isso se faz com uma empresa pública bem administrada.

Só para nós e o mundo: a cada um real que se aplica em saneamento básico, outros quatro reais são economizados em saúde. A água é um bem universal, mas já está escassa: vamos cuidar, tratar e racionalizar. Dizemos não à sua privatização!

Um Lembrete à direção da DESO

Com relação ao atraso no depósito dos salários dos trabalhadores da DESO (o dinheiro só entrou na conta dos companheiros no dia 25/8), queremos lembrar à direção da Companhia que, apesar das

explicações dadas ao sindicato, de que o borderô de compensação dos bancos foi emitido no dia 24/8, isto não está de acordo com a Cláusula quarta do nosso Acordo Coletivo de Trabalho 2014/2015. O mesmo prevê o **depósito dos salários na conta** dos trabalhadores até o dia 24 de cada mês.

Mas para que isso aconteça, os bancos devem receber o depósito respectivo para o pagamento da folha dias antes deste prazo, para que tenham tempo de distribuir na conta dos empregados da Companhia.

Entendemos o momento financeiro difícil do Estado, mas a DESO tem arrecadação própria e tudo é questão de gerenciamento e de garantia de prioridades. **Salário em dia é prioridade absoluta!**

Falta de água é constante em Feira Nova

Já se tornou rotina para os diretores do SINDISAN, ao chegar na cidade de Feira Nova, se depararem com a cidade sem uma gota d'água nas torneiras.

E os funcionários da DESO que ali trabalham já não aguentam mais serem cobrados e, às vezes, até serem agredidos verbalmente pela população, que já não suporta tanto descaso junto com a total falta de informação das razões do por que desta situação lamentável que a cidade enfrenta já há bastante tempo.

COHIDRO

Companheiros com mais de 70 são desligados e prejudicados

A discriminação e o pacote de maldades do Governo do Estado parecem não ter fim. Não há a menor consideração com os trabalhadores, que tanto dão o seu suor. E quando chega no aposentado-servidor, como no caso da Cohidro, ele é descartado como se fosse uma mercadoria. Os servidores da Companhia com mais de 70 anos foram desligados sem direito aos 40% do FGTS e sem aviso prévio.

Uma tremenda injustiça, já que o Governo garantiu esses direitos na ação de desligamento dos funcionários com mais de 70 anos da Emsetur e Pronese. O SINDISAN já acionou a sua assessoria jurídica para fazer valer esses direitos também para os companheiros da Cohidro.

Infelizmente, os atuais gestores do Governo atual, parecem não lembrar que é na velhice que as pessoas mais precisam de recursos para cuidar da saúde. Enquanto isso, os apadrinhados políticos são agraciados com vários cargos e assessorias, onde quase não trabalham e têm gratificações altíssimas, sugando os cofres do Estado.

Mas para quem trabalha e produz não tem dinheiro para pagar salário digno ou garantir direitos dos trabalhadores e aposentados. É lamentável!



CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL

A Direção do SINDISAN, no uso das suas atribuições, convoca todos(as) os(as) trabalhadores(as) da DESO para uma Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia **03/10/2015**, sábado, às 9h00, em sua sede, para deliberar sobre a seguinte pauta:

- Informes;
- Discussão para elaboração da pauta para a Campanha Salarial 2015/2016;
- O que ocorrer.

Aracaju, 3 de setembro de 2015

Diretoria Executiva